



Periferia

E-ISSN: 1984-9540

periferiauerj@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

Camilo Costa, Hugo Heleno
O POVO DE GEOGRAFIA E A POLÍTICA DE CURRÍCULO: TRADUÇÃO E
ORIGINALIDADE

Periferia, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 103-116

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Duque de Caxias, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552156371009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O POVO DE GEOGRAFIA E A POLÍTICA DE CURRÍCULO: TRADUÇÃO E ORIGINALIDADE

Hugo Heleno Camilo Costa¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Neste texto discuto as políticas de currículo para Geografia no nível médio, focalizando a tensão entre os discursos do currículo integrado com o disciplinar pela via do significativo interdisciplinaridade. Baseados em análises de documentos curriculares oficiais e entrevistas realizadas com lideranças acadêmicas envolvidas na produção de tais textos, resalto processos de tradução desencadeados pelas subjetivações constituídas nas articulações que garantem determinadas fixações na política. Destaco os processos articulatórios produzidos nessa política e as vias de negociação de diferentes identificações com discursos oficiais, também considerados hegemônicos. Penso tais dinâmicas a partir da teoria do discurso, de Laclau; do pensamento desconstrucionista, de Derrida; e dos estudos que Lopes vem realizando desses aportes para o campo de pesquisa em Políticas de Currículo. Busco conceber as articulações como não subordinadas a condicionantes históricos, corporativos, científicos, disciplinares ou a partidarismos políticos, mas como respostas ao que, contextualmente, passa a ser considerado uma ameaça.

Palavras-chave: Políticas de currículo; ensino de Geografia; subjetivação; integração curricular; pós-fundacionismo.

THE GEOGRAPHY PEOPLE AND CURRICULUM POLICY: TRANSLATION AND ORIGINALITY

ABSTRACT

In this paper I discuss curriculum policies for Geography at the secondary level, focusing on the tension between the discourses of the integrated curriculum with the disciplinary through significant interdisciplinarity. Based on analysis of official curriculum documents and interviews with academic leaderships involved in the production of such texts, emphasize that translation processes triggered by subjectivities formed in the articulations that guarantee certain fixations in policies. Highlight the articulation processes produced in that policy and ways for negotiation of different identifications with official discourses, also considered hegemonic. I think such dynamics from the discourse theory, of Laclau; the deconstructionist thought, of Derrida; and from studies that Lopes has been making from these contributions to the field of research in Curriculum Policies. Seek conceive the articulations as not subject

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) e professor substituto da Faculdade de Educação da UERJ, bolsista da Faperj. E-mail: hugoguimel@yahoo.com.br.

to historical, corporate, scientific, disciplinary or political partisanship conditioning, but as answers to that, contextually, is regarded as a threat.

Keywords: Curriculum policies; Geography teaching; subjectivation; integrated curriculum; post-foundationalism.

INTRODUÇÃO

Em minhas investigações sobre as políticas de currículo para Geografia², procurei atentar de forma específica para as articulações produzidas nas políticas para o nível médio. Ao longo da pesquisa, pautada na análise de documentos curriculares oficiais e entrevistas realizadas com lideranças acadêmicas envolvidas na produção de tais textos, destaco processos de tradução performados pelas subjetivações constituídas nas articulações que garantem determinadas fixações na política.

Coloco como aspectos significativos a análise dos processos articulatórios produzidos nessa política e as formas de negociação de diferentes grupos com discursos considerados hegemônicos. Discursos que, via de regra, são timbrados como 'oficiais', embora, em muitas ocasiões, possam ser interpretados como oposição às supostas tradições defendidas pelos grupos constituídos na relação com os campos disciplinares.

Para pensar tais dinâmicas, me apoio na teoria do discurso de Laclau, na perspectiva desconstrucionista de Derrida e nos estudos que Lopes vem realizando desses aportes para o campo de pesquisa em Políticas de Currículo como forma de delinear teoricamente o cenário de pesquisa que aqui se constitui, problematizando-o por meio das perspectivas da contingência e precariedade que caracterizam a construção de articulações diferenciais (LACLAU, 2011). Isto é conceber, desde já, as articulações como não subordinadas a qualquer fator determinante da/na política (condicionantes históricos, corporativos, científicos, disciplinares ou a partidarismos políticos), mas como definidas nas decisões tomadas em resposta ao que se tem por antagonismo na política.

² A referida pesquisa, intitulada "O povo disciplinar de Geografia e a tradução na Política de Currículo", desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dr^a. Alice Casimiro Lopes, está disponível em http://curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfTeses/o_povo_dis_241.pdf.

DISCURSO, TRADUÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA POLÍTICA

Segundo Laclau (2011), o discurso é uma totalidade constituída por relações de significantes que detêm provisoriamente a significação de determinadas práticas. Tais significantes, uma vez articulados hegemonicamente, delimitam uma formação discursiva. A esse respeito, Lopes (2011) assinala que a compreensão de uma formação discursiva consiste em entender um processo hegemônico, ou seja, como se definem os termos de um debate político e quais enfoques são colocados em evidência na política. Para a autora (LOPES, 2011), o discurso não se restringe à linguagem, mas abrange ações e instituições, sendo o funcionamento do social entendido como linguagem.

Para Lopes e Macedo (2011), compreender os múltiplos elementos determinantes de um fenômeno social significa entender que todos são significados e que a significação ocorre por meio de um discurso que estabelece as possibilidades de produção de sentido. Interessa ressaltar, então, que a estruturação discursiva não implica um cancelamento das diferenças ou de novas interpretações na política, mas destaca-se a tentativa de fechamento como uma constante, assim como o é a abertura do campo da discursividade ao *surplus* de sentido, ao vazamento/produção de novos sentidos.

Laclau (2011) pondera que o fechamento da significação só ocorre quando é estabelecido um limite, algo que se interpreta como oposição, um exterior constitutivo, um elemento diferencial que se constitui como o antagonista às diferenças envolvidas no processo articulatório. Essa concepção permite apoiar a leitura de que não há uma essência positiva comum entre as identidades articuladas nessa cadeia e as excluídas dela (LOPES, 2011), a não ser como uma ilusão, uma sensação de solidariedade/comunidade. É nessa perspectiva que se pensa a construção subjetiva através da teoria do discurso: uma construção que decorre da articulação política, não possui uma origem, resulta de um hibridismo.

Para Lopes e Macedo (2011), no âmbito da teoria do discurso o sujeito/subjetivação não é pleno ou consciente, mas cindido e mobilizado por uma falta constitutiva. A este dínamo, a falta, se atribui a decisão, o envolvimento não

calculado na política. Nesse sentido, Laclau (2006) cunha o termo *povo* como forma de abordar os movimentos sociais contemporâneos e, por conseguinte, delinear a formação das subjetividades produzidas nas articulações. Segundo o autor, a formação de uma subjetivação política é resultado de articulações diferenciais heterogêneas. É por intermédio dessa concepção que julgo ser importante pensar as articulações políticas para Geografia.

Segundo Laclau (2011), apesar de não haver positividade integradora das diferenças articuladas em uma cadeia equivalencial, há a produção contextual de uma ‘verdade’ ou valor capaz de cimentar a equivalência entre as diferenças articuladas. Mesmo assim, a sustentação de tal contexto depende da existência de uma oposição ou ameaça, algo que esteja para além dos limites do contexto.

Argumento que, assim como a cadeia equivalencial em que se constitui o *povo da Geografia* (subjetivação produzida na relação com o campo disciplinar, com o nome disciplinar) (COSTA, 2013) é um espaço de disputa contínua por significação, pela hegemonização de sentidos, não possuindo, portanto, um centro estável, a ameaça a que se opõe também se constrói nessa perspectiva. Dessa forma, se tal inimigo não é homogêneo, não possui propriedade, as identidades articuladas podem estar traduzindo diferentes elementos como uma mesma ameaça, um nome ou bandeira política, e, assim, articulando-se contra esta última. Daí a importância do processo de nomeação na geração de certa positividade conceitual que lhes garanta a provisória unidade. Segundo Laclau (2011), sem a presença do nome, a ‘unidade’ do sujeito ou da articulação se dissolveria em uma pulverização de elementos diferenciais desarticulados. O mesmo ocorreria com sua identidade oposta.

Com essas colocações, reitero a importância do estudo dos processos de significação que visam assegurar a unidade das identidades conflitantes na política curricular para Geografia. Por compreender que é por meio de termos, conceitos e bandeiras difundidos na política que os conflitos pela hegemonia se desdobram, julgo ser importante a análise de tais elementos como significantes da política. Por considerar que o processo de identificação de si e do outro, da Geografia e do que é

lido como oposição à Geografia, á disciplina, ao currículo disciplinar, são construções discursivas operadas por meio de uma linguagem não transparente, penso ser viável conceber que, se não é possível o acesso à verdade da significação ‘em si’, se não há possibilidade de controlarmos os sentidos contextualmente, temos uma *performance* tradutora como dinâmica inerente ao envolvimento político, à subjetivação.

Focalizar essa dinâmica implica ler as próprias construções identitárias como dinamizadas por processos contínuos de *tradução* que viabilizam a disseminação (DERRIDA, 2001) de sentidos e, conseqüentemente, sustenta, por re(des)construção contínua, as equivalências/subjetivações políticas produzidas no todo diferencial. Nesse sentido, julgo ser pertinente problematizar o processo que, a meu ver, contamina toda a política: a *tradução*. Para pensar tal processo, focalizo brevemente a discussão de Jacques Derrida sobre a *tradução*, implicada em sua teorização sobre a *escrita*.

Segundo Derrida (2006), a *tradução* não é uma opção frente ao texto em que se constitui o mundo, mas a única possibilidade de significá-lo e de existir nele. A *tradução* impõe limites intransponíveis que impossibilitam ao *tradutor/sujeito* a manutenção e a reprodução de uma suposta intenção ‘original’ do *texto*. Em sua discussão, o filósofo questiona se quando falamos de determinado significante sabemos o que nomeamos e a que estamos nos referindo. Não há, em Derrida (2001; 2005; 2006), possibilidade de *tradução* que não seja suplementação.

O filósofo afirma que a *tradução* faz com que, simultaneamente, um elemento seja significado e intraduzível, pertença sem pertencer a uma determinada língua e seja capaz de gerar dívidas insolventes para o tradutor (DERRIDA, 2006). A operação irremediável dos sujeitos/tradutores nunca alcança um momento de pausa, pois inaugura atos de criação ao se envolver com a textualização, levando o texto a já não ser o mesmo. Essa é a originalidade de sua atuação. Todo o fazer do *tradutor* é uma produção original que, ao ser desencadeada, ainda que pretendida a reconciliação com um suposto sentido anterior, já o corrompeu, cabendo-lhe à suplementação como sentença final. Por essa razão, Derrida (2006) afirma que o *texto* vive uma regeneração pela *tradução*, não passa de uma tentativa de aliança e uma promessa. A

escrita/tradução é produção de sentidos, prática de subjetivação na abertura de canais de comunicação com o outro. Por essa lógica é que a nomeação/significação não garante unidade alguma, embora se tente ininterruptamente constituir tal unidade.

Concordar com essa discussão é ler os envolvimento na política de currículo para Geografia como dinamizados por decisões pautadas em um não saber absoluto. É entender que os signatários de um texto oficial não podem, simultaneamente, ser isentos de responder e culpados pelos envolvimento com a/na política. Não podem se eximir de sua responsabilidade, de ter de responder pelo que se tem por envolvimento/comprometimento. Mas também não podem ser *culpados* pelos desdobramentos e reverberações de suas decisões na política, pois todo o fazer é tão somente parte, tentativa de significação de uma textualização política que já é outra, escapa à apreensão, por que sempre sujeita à alteridade radical, sujeita a outros contextos.

Com esse *corpus* teórico-estratégico, focalizo a textualização em que se constituem os documentos *Parâmetros e Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* – PCNEM e OCNEM (BRASIL, 1999; 2006), e as entrevistas realizadas com atores envolvidos na produção das políticas para a Geografia no nível médio. Por entender os textos das entrevistas como momentos da política e, portanto, como tentativas de menção a um contexto ao qual é impossível retornar, opto pela utilização de nomes fictícios com vista não só a manter em sigilo o nome dos entrevistados como evitar que a política seja vista como produção personalizada. Os entrevistados Aretha, Bethânia, Donna e Nat atuaram na produção dos diferentes textos oficiais, operando como consultores e/ou leitores críticos.

Na abordagem da textualização em foco, privilegio a tensão em torno do significante *interdisciplinaridade*, tendo em vista a centralidade que o termo ganha no âmbito das discussões sobre o ensino da disciplina na política de integração curricular para o Ensino Médio (COSTA; LOPES, 2011). Penso tal termo como potente meio pelo qual um trecho do cenário político mais amplo pode ser interpretado.

MOMENTOS DA POLÍTICA: TRADUÇÃO E ORIGINALIDADE NA TEXTUALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA

Ao longo dos referidos textos oficiais, o discurso do currículo integrado é significado como resposta ao que é compreendido como problema da educação atual (BRASIL, 2000; 2006). Tais problemas podem ser entendidos como ocasionados por uma visão de currículo voltada a uma concepção fragmentada e descontextualizada do mundo, o que estaria associado a uma organização disciplinar do currículo. Como solução para essa problemática, é defendida a perspectiva de integração curricular para as diferentes áreas de conhecimento.

Como forma de integração, na área de Ciências Humanas, a ideia de interdisciplinaridade é justificada em função de sentidos como os de que as disciplinas possuem predisposição à integração, por supostamente partilharem objetos, metodologias e preocupações comuns. Nos textos específicos para Geografia, a interdisciplinaridade é traduzida como característica do conhecimento disciplinar, como delineando uma propriedade do pensamento geográfico. Por entender que por meio do significante *interdisciplinaridade* parte do conflito entre os discursos do currículo integrado e do *povo da Geografia*³ se desenvolve, interpreto este significante como flutuante (LACLAU, 2011), haja vista ser disputado nos termos de sua significação pelas duas cadeias em questão, o que garante sua indefinição no sistema político.

Cabe, contudo, destacar que a opção pela definição da tensão na política curricular por meio das duas cadeias mencionadas em nada diz respeito a uma possibilidade de contenção e/ou explicação da totalidade dos dinamismos da política, tanto em relação ao que se tem por orientado ao campo da Geografia quanto às discussões sobre integração curricular, Ensino Médio etc. Interponho, aqui, que justamente por entender que toda abordagem que se possa fazer sobre a política sempre está em movimento de falência, em função do próprio vazamento de sentidos

³ Por não caber aqui o aprofundamento da discussão sobre a ideia de *povo disciplinar da Geografia*, sugiro a leitura de Costa (2013).

e das traduções incessantes, é que me cabe assumir que, na perspectiva teórica com que trabalho, toda possibilidade de intervenção está restrita à violência para com tudo o mais que escapa ao escopo de um trabalho, de um ponto de vista. Isto é dizer que não penso uma verdade última da política como contida nos atravessamentos que proponho discutir, mas que eles podem contribuir para pensarmos a política como desdobrada nos mais distintos contextos e/ou na relação com diferentes pontos de vista que se constituem e sustentam provisória e precariamente na política.

Apesar de preconizado o *espaço geográfico* como seu objeto unificador (BRASIL, 1999, p. 29), é recorrente a ideia de que a Geografia se define como “um saber interdisciplinar” (BRASIL, 1999, p. 31). Dessa forma, não só o conhecimento geográfico é habilitado na defesa à integração curricular como ainda é matizado seu caráter de integração de conhecimentos humanos e naturais ao atentar para questões ambientais. Opera, também, a ideia de que a interdisciplinaridade pode ser entendida como uma vantagem da disciplina (BRASIL, 1999, p. 31-32). Tal leitura é apoiada por Aretha, para quem a Geografia é interdisciplinar, pois “estuda fenômenos físicos e naturais, fenômenos sociais e, hoje, fenômenos psicológicos, subjetivos. Quer dizer, o espectro temático da Geografia é muito grande” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00).

Esses argumentos são apoiados em diferentes momentos da política, como ao defender que o objeto da Geografia estaria dilacerado em todas as disciplinas, justificando, assim, uma feição interdisciplinar própria (disciplinar!), como ao argumentar que mesmo o *espaço geográfico*, objeto que lhe lega unidade, se consolida em “interações, e seu estudo deve ser, por isso, interdisciplinar” (BRASIL, 1999, p. 32).

Nas OCNEM (BRASIL, 2006), é retomada a pressuposição da interdisciplinaridade como predicado do saber geográfico, circunscrevendo a reflexão geográfica ao “exercício da interdisciplinaridade” (BRASIL, 2006, p. 50). Igualmente, aceno para a interpretação possível de que a Geografia, uma vez traduzida por interdisciplinaridade, pode ser pensada como o próprio conjunto de conhecimentos a ser integrado. Tal perspectiva se aproxima da visão de Donna, como ao defender que

[...] a interdisciplinaridade é conseguir juntar a Geografia Física e Humana, [...] quando falo de natureza e sociedade como uma coisa junta e não fragmentada. [...] Está aí a interdisciplinaridade da Geografia para mim. A integração é da Geografia e com a Geografia (Entrevista, 21/08/2012, 15h00).

Isso reitera leituras da interdisciplinaridade como algo caro à disciplina e, ainda, coloca a integração como tradução da interdisciplinaridade geográfica, delineando-a como problema ao próprio pensamento científico. Dessa forma, apreendida disciplinarmente, a integração via interdisciplinaridade é um meio de ruptura com o problema da fragmentação que caracteriza a reflexão geográfica.

Penso ser possível, na textualização de Donna (Entrevista, 21/08/2012, 15h00), atentar para o modo como diferenças articuladas significam momentos da política, como sentidos diferenciais de Geografia, integração e interdisciplinaridade relacionam os significantes topologicamente. Nesse momento, se coloca a perspectiva de que a integração é um horizonte à Geografia, a despeito de noutras ocasiões ser proposta como meio de superação das disciplinas. Um sentido colocado pela entrevistada acena para a significação da integração como inerência da Geografia. Momentos de resposta que, revolvendo problemáticas recorrentes ao campo da epistemologia da Geografia, traduzem nomes da política construindo histórias e verdades que embasam argumentos e interpretações.

Por outra via, Aretha, atenta às “armadilhas da proposta” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00) de integração curricular para os campos profissionais, enfatiza a hierarquia entre os diferentes campos do saber e que, portanto, uma perspectiva de integração poderia privilegiar um campo a outro. Argumentando, então, em favor de uma “visão crítica de sociedade” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00), em detrimento da problemática da integração, diz que a proposta curricular poderia fazer a “Geografia desaparecer, perder força, ser sucumbida” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00). Crítica à proposta, Aretha coloca “a ideia de área é muito legal, mas prefiro garantir que cada professor tenha, realmente, o seu campo” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00). Sobre essa

discussão, interpõe a questão: “quem disse que o problema do ensino é a disciplina?” (Entrevista, 01/09/2009, 19h00).

Diferentemente, Nat considera a proposta como possibilidade de avanço sobre um modelo de escola atual que possui dificuldades. Argumenta que a política é uma resposta à visão de que “o mundo não é fragmentado e a escola fragmenta” (Entrevista, 31/08/2009, 10h00). Para Nat, simpatizante da ideia interdisciplinar, este é um movimento antigo, uma “vontade social de longa data” (Entrevista, 30/08/2009, 10h00) e que não se efetiva por causa “do corporativismo e que, em nome da defesa da corporação, não se desarma para discutir”.

Para Bethânia, a ideia de juntar as disciplinas “é um problema porque há uma tendência de disciplinarizarmos tudo” (Entrevista, 22/08/2012, 14h00). Afirma que a hierarquia entre as disciplinas poderia levar ao “sufocamento das mais frágeis, como Filosofia, Sociologia, além, é claro, da Geografia” (Entrevista, 22/08/2012, 14h00). E, nesse sentido, pondera que a visão interdisciplinar da Geografia poderia ser interpretada como esvaziamento. Para a entrevistada, o olhar integrado da Geografia seria “seu potencial e o seu problema” (Entrevista, 22/08/2012, 14h00), pois “trabalha com o humano e o natural, suas interações, mas não é uma ciência integrada consigo mesma. [...] Ou não temos uma identidade como ciência, ou nossa identidade é justamente essa: a fragmentação, a visão interdisciplinar” (Entrevista, 22/08/2012, 14h00).

CONSIDERAÇÕES

Neste texto apresentei possibilidades de considerar a *tradução*, apresentada por Derrida, como potente elemento adjunto à Teoria do Discurso na pesquisa sobre a política. Baseado em Lopes (2011), enfatizei a interpretação das políticas de currículo como propulsionadas por lutas discursivas voltadas à construção de representações provisórias.

Focalizei a tensão desencadeada em torno do significante *interdisciplinaridade*, enfatizando distintas significações não só em relação ao que provisoriamente

considero como duas cadeias equivalenciais em disputa, a do currículo integrado e a do *povo disciplinar da Geografia*, como dentre as diferenças articuladas à Geografia. Nesse sentido, considero que, no âmbito da política em questão, é possível que a Geografia seja pensada, nesse cenário de sobreposições de respostas a muitos questionamentos que não cessam de vindicar, como capaz de contribuir e ser caracterizada justamente por aquilo que lhe expõe ao risco: a visão interdisciplinar.

Em diferentes momentos da política, o significante *interdisciplinaridade* é traduzido pelo *povo da Geografia* (COSTA, 2013) como uma marca do conhecimento disciplinar. Dentre as perspectivas colocadas, atento ao delineamento da Geografia como ciência interdisciplinar, articuladora dos diferentes conhecimentos. Tal visão tende a atribuir à Geografia papel de destaque, ou vantagem frente às demais disciplinas no contexto da proposta de integração. Há uma leitura da Geografia como algo produtivo em um cenário em que é privilegiada uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, em função de uma suposta visão interdisciplinar, o conhecimento geográfico é apoiado pela sua capacidade de contribuir para uma educação voltada ao que se julga ser o mundo atual.

É oportuno considerar, também, leituras como a de que a disciplina é capaz de sinonimizar a própria área de Ciências Humanas como um campo que por si só integra diferentes campos de conhecimento. Por outro lado, argumento que tais leituras podem se inclinar a, simultaneamente, tentar neutralizar possíveis sentidos críticos ao currículo disciplinar e ainda reiterar a visão do currículo por disciplinas ao colocá-las como capazes de, em suas preocupações individuais, operar uma visão de mundo integrada.

Em função dessa leitura, a integração curricular pode estar sendo significada como uma ameaça às disciplinas. Essa interpretação é mobilizada em textos como os de Aretha e Bethânia, para os quais um movimento efetivo de integração por área exporia a Geografia ao risco de se perder como campo de conhecimento; de ‘deixar de ser’ (disciplina obrigatória, necessária, ciência!). Nesses textos, a manutenção disciplinar se coloca como uma tarefa, uma leitura do discurso de integração. Destacam-se, também, sentidos que tendem a apoiar a integração, significando-a

como meio de superação dos problemas atinentes ao currículo disciplinar. Aproximando-se de tais discussões, Nat (Entrevista, 31/08/2009, 10h00) questiona os limites das disciplinas em integrar os conhecimentos, atribuindo-os, também, às questões corporativas que tendem a sustentar a oposição à integração.

Chamo a atenção, ainda, para que a leitura interdisciplinar atribuída à Geografia possui diferentes significações, de apoio e oposição. Destaco sentidos como o de que a interdisciplinaridade é uma marca da Geografia, embora não seja um potencial realizado. Em textualizações como a de Donna (Entrevista, 21/08/2012, 15h00), a visão interdisciplinar tende a ser desenvolvida com foco em uma integração que sequer a Geografia alcançou em termos de sua unidade como ciência.

Argumento que tal perspectiva instala o significante *interdisciplinaridade* como ambivalência, caracterizando e expondo ao risco o caráter da disciplina. Um significante que pode ser traduzido por conhecimento geográfico, por privilégio da disciplina e, simultaneamente, como falta de precisão e unidade. A ambivalência não cessa suas potencialidades em sugerir proeminência à Geografia entre as demais disciplinas, mas também pulverizá-la entre diferentes campos, viabilizando a leitura de uma disciplina prescindível.

Argumento que, na tensão entre as cadeias do currículo integrado e do currículo disciplinar, muitos sentidos operados na constituição do *povo da geografia* (COSTA, 2013) geram ligações ausentes, riscos, oportunidades, flexões. Constroem canais, intersectam perspectivas, hibridizando verdades contextuais que, por intermédio do significante flutuante interdisciplinaridade, tentam atenuar os conflitos/antagonismo, traduzindo os sentidos do outro como seus (COSTA; LOPES, 2013). Traduzem os questionamentos do outro ameaçador como *lhe é possível*. Isto é dizer que a própria sensação de ameaça, atribuída por vezes ao discurso de integração, pode estar realçando a falta constitutiva à própria subjetivação, ao próprio *povo disciplinar da Geografia* (COSTA, 2013), ao assumir a ausência de uma integração interna, por alcançar uma unidade como ciência, por legitimação como campo científico, por alçar maior status entre as disciplinas ou, ao menos, permanecer, ser.

Concluo pontuando que o que aqui faço também é uma tradução das ideias e dos autores citados, e isso implica muitas personalizações, adequações, constrangimentos e refrações de minha parte. Ter em conta os aportes derridianos pode contribuir para a compreensão dos processos de significação que se desenvolvem na política. Reitero tal possibilidade ao propor que as articulações em cadeias equivalenciais sejam concebidas como se sustentando por processos contingentes de significação, operados pelas diferentes identificações envolvidas na política.

Considerar a política como textualização/tradução, que se produz ao mesmo tempo em muitas línguas, diferenças, é assumir que isso é todo o fazer cabível a tradutores/envolvidos politicamente. É não cessar de construir uma obra pessoal e original, ainda que se suponha estar falando, vivendo, tratando da mesmidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Semtec, 1999. 4 v.
- _____. *Bases legais dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Semtec, 2000.
- _____. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC/Semtec, 2006.
- COSTA, H. H. C. *O povo disciplinar de Geografia e a tradução na Política de Currículo*. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- _____.; [LOPES, A. C.](#) Integração, Inter|disciplinaridade e Geografia em propostas curriculares nacionais. In: LOPES, Alice C.; DIAS, Rosanne E.; ABREU, Rozana G. de. (orgs.). *Discursos nas Políticas de Currículo*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011, v. 1, p. 77-92.
- _____.; [LOPES, A. C.](#) Sobre a subjetividade/alteridade: conversas com Derrida e Laclau nas políticas de currículo. In: TURA, Maria de L. R.; GARCIA, Maria M. (orgs.). *Currículo, políticas e ação docente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, v. 1, p. 51-69.
- DERRIDA, J. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- _____. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL Jr., A.; BURITY, J. (orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença perspectiva pós-estruturalista de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, A. C. Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas. In: LOPES, Alice C.; DIAS, Rosanne E.; ABREU, Rozana (orgs.). *Discursos nas políticas de currículo*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2011. v. 1, p. 19-45.

_____; MACEDO, E. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.